

## TEORIA CRÍTICA E PESQUISA EMPÍRICA

Bento Itamar Borges\*

### INTRODUÇÃO

O ensaio "Sociologia e investigação empírica", escrito por Adorno, tomou parte de uma discussão sobre sociologia entre positivistas e frankfurtianos da teoria crítica, cujos textos foram reunidos em um volume com o título *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie* (A disputa do positivismo na sociologia alemã). Haveria diversas maneiras de tratar o texto de Adorno. Apresento três possibilidades e escolho uma delas. (ADORNO 1973)

Uma abordagem possível desse texto é lê-lo ao lado de outros textos de Adorno, seja para exemplificar como o autor faz sociologia, em "O fetichismo na música e a regressão da audição" (ADORNO 1980:165-191), seja para ligar a crítica que ele faz à pesquisa social empírica com seu texto mais especulativo, que expõe sua concepção de dialética (negativa). Outra abordagem seria ler "Sociologia e investigação empírica", confrontando-o com o texto de Popper, que, nessa disputa, personificou o adversário da teoria crítica. Evitaremos este tratamento, pois ele envolve certas metaquestões e é difícil eliminar ou localizar os elementos meramente retóricos de uma polêmica assim. Na impossibilidade de uma exposição neutra, é preferível argumentar por uma aproximação entre investigação empírica e teoria crítica a partir desta última. Enfraquecer e caricaturizar a posição rival são recursos típicos de polêmica. Popper se aproveita dos exemplos mais infelizes para caracterizar a dialética. No ensaio "O que é dialética?" (POPPER:354), ele cita Engels, que, para ilustrar a tríade tese/antítese/síntese, se utiliza da analogia com um cálculo matemático: " $a / (-a) \times (-a) / a^2$ ". Popper mostra a diferença entre " $a$ " e " $a^2$ ", onde " $a^2$ " é, aliás, menor que o " $a$ " da tese; por conseguinte, a síntese não é superior à tese. Por seu lado, Adorno destaca certos pontos fracos da pesquisa empírica que, às vezes, são pequenos problemas solúveis a nível técnico. Por fim, é interessante notar que Popper não é um positivista ortodoxo; há grandes divergências entre ele e Carnap. Conforme observa HACKING (1983:43), Popper não se anunciava como positivista, o que não vale muito, considerando o sentido pejorativo que o termo passou a ter. Contudo, o critério da auto-imagem tem fundamento; não encontramos em Popper todos os "instintos positivistas"—ele rejeita a teoria do significado e não é um obcecado pela observação. Seu verdadeiro traço positivista é a crença na unidade do método científico.

Faremos um terceiro tipo de leitura; leremos o texto de Adorno ao lado de um ensaio de Habermas, incluído no mesmo volume supracitado, cujo título e subtítulo são "Teoria analítica da ciência e dialética: contribuição à polêmica entre Popper e Adorno". (HABERNAS 1980: 278-99) Com esse material, nosso objetivo é modesto, adequado ao fôlego: localizar pontos comuns e complementares entre os dois frankfurtianos, destacar certas concessões que ambos fazem ao

\* Professor do Departamento de Pedagogia da UFU

positivismo e, ao final, propor uma tese sobre a base empírica da teoria crítica. Seguiremos a ordem dos parágrafos do texto de Adorno.

## 1. DOIS TIPOS DE PROCEDIMENTOS

"Sociologia" é um rótulo acadêmico que reúne procedimentos cujo único ponto comum é o sentido abstrato de se ocuparem do *social*. Nem o objeto, nem os métodos são os mesmos nesses procedimentos, que podem ser agrupados em dois tipos sem um denominador comum. A terminologia varia muito durante o texto, mas pode ser reduzida ao par "teoria social" e "investigação social empírica".

A *investigação social empírica* trata de fenômenos sociais singulares e considera a referência ao conceito de sociedade um resquício especulativo. Tal procedimento consiste na simples comprovação do que acontece; é a típica ciência "que não pensa". O ponto de partida são fatos singulares investigados, mas não se chega a uma *totalidade*; conseguem-se, quando muito, conceitos classificatórios. A prometida síntese de empiria e teoria, como no funcionalismo de Parsons, equipara falsamente teoria e unidade *formal*, a partir de uma visão harmoniosa de sociedade.

A formalização se faz com *modelos* e a experiência é previamente organizada segundo mecanismos de controle social. Esses modelos são todos, uns mais outros menos, copiados das ciências da natureza. Habermas confirma que "a exigência de adequação da teoria na sua constituição e do conceito em sua estrutura ao objeto e do objeto ao método por si mesmo só pode tornar-se realidade efetiva dialeticamente e não no âmbito de uma teoria de modelos." (HABERMAS 1980: 279)

A *teoria da sociedade* se ocupa da totalidade social e das *leis* de seu movimento. A trama social é entendida a partir de condições estruturais básicas, como a relação de *troca*. A teoria da sociedade surge da filosofia, mas não daquela filosofia do espírito, e sim da que admite a *sociedade* como substrato dos problemas que se colocam. Qualquer visão de sociedade como um *todo* transcende os fatos dispersos. O *conceito* da coisa se transforma sempre, no contato com a experiência viva; o conceito se forma no movimento tenso entre o real e o possível — não é mera constatação do que está dado através de decisões operacionais. Por estas qualidades, a teoria é "implacavelmente crítica".

Habermas caracteriza como "analíticos" os procedimentos não-dialéticos. O termo é oportuno, mais abrangente e menos negativo que "positivismo". Também Habermas utiliza recursos analíticos, inclusive da filosofia analítica da linguagem, em suas formulações sobre a "razão comunicativa". Adorno diz que a investigação social empírica permanece na superfície, enquanto a filosofia "desconfia da fachada" e quer descobrir o fantasma que move a máquina. Por sua vez, as teorias analíticas, ou proposições teóricas, "nada mais são do que esquemas ordenados, construídos em marcos sintáticos definidos, isto é, de conformidade com suas prescrições". (HABERMAS 1980:278)

## 2. O PREDOMÍNIO DA SOCIOLOGIA EMPÍRICA

Há uma tendência hoje dominante de reconhecer o primado da sociologia empírica, embora em certas áreas a literatura predominante seja a crítica metodológica contra esse tipo. Uma frase maliciosa resumiria as opiniões de Mário Bunge sobre a dialética: a dialética é uma abordagem subdesenvolvida, já que é utilizada principalmente no terceiro mundo. (BUNGE 1980: 154) Apesar de falaciosa, a frase aponta um fato não pretendido pelo autor: a pesquisa social empírica do controle de variáveis é adequada a uma administração que controla indivíduos. A dialética é uma alternativa emancipatória que esbarra no aparato de *controle* programado para eliminar *conflitos*, mediante a eliminação de elementos conflitantes, tanto indivíduos quanto teorias. Adorno dá outras razões da demanda crescente de pesquisa empírica em sociologia: a decepção causada pela sociologia como ciência do espírito e sua aplicabilidade prática. Acrescentamos ainda a rapidez de execução dessas "surveys", especialmente com o auxílio do telefone, do computador e de equipes de "experts" com minuciosa divisão de trabalho.

## 3. O MÉTODO COISIFICADO DA PESQUISA SOCIAL EMPÍRICA

A pesquisa social empírica tem seu modelo na *pesquisa de mercado* e há nela também um componente oriundo da *eleição* democrática. Prefere-se o subjetivo, as opiniões, os comportamentos, as atitudes, apoiando-se na convicção de que a soma dos conteúdos da consciência e inconsciência dos homens (SIM/NÃO) em um universo estatístico tem um caráter-chave para o processo social. Não há na pesquisa social empírica uma objetividade do social, e sim uma objetividade dos métodos, mediante a generalização de enunciados "objetivos" sobre sujeitos. A objetivação dos métodos penetra na objetivação da coisa, o *homem* nessas pesquisas é semelhante ao "homem" da antropologia filosófica. Nesta disciplina, trata-se do "homem enquanto isso", "homem enquanto aquilo" - na pesquisa social empírica, os homens são valores médios definidos operacionalmente por variáveis contextualmente selecionadas como relevantes (idade sexo, educação, eletrodométricos adquiridos, etc.). Os homens não são, aí, momentos de uma totalidade social coagida pela objetividade econômica.

O método (coisificado) determina o objeto (fetichizado). Discute-se mais o método que o conteúdo. Um instituto de pesquisa é montado em torno de peritos em estatística, que ocasionalmente contratam um consultor em educação ou política. O consultor participa na montagem de questionários, seleção de variáveis e consulta de dados secundários. Os resultados dessas pesquisas costumam ser de uma exatidão inquestionável, porém extremamente irrelevantes e de validade efêmera. Na impossibilidade de utilizar um *conceito* que se constitui histórica e materialmente, a pesquisa social empírica toma "decisões" como ao transformar em conceitos operacionais os conceitos iniciais mais abstratos. Por exemplo, "aproveitamento escolar" é definido por um valor numérico, a média que o aluno teve

em uma disciplina durante certo período. Diferentemente, as leis dialéticas têm um nível de validade mais amplo e duradouro, pois englobam relações fundamentais de dependência, e não relações particulares de funções específicas em contextos isolados.

Método e objeto são coisificados num círculo vicioso, onde método tem primazia; o instrumento define o objeto como a rede que só captura um tipo de peixe (e o que não cai nessa rede não é peixe). Esse círculo de determinação recíproca de método e objeto, com vantagem para o método, é o próprio estereótipo das abordagens ditas "sistêmicas". Teorias gerais de sistemas, como a de Bertalanffy, são supostamente aplicáveis a geladeiras, escolas, política, tudo. Aprecio um exemplo agrícola, que é metáfora da pesquisa-administração criticada por Adorno e Habermas. Uma colheitadeira de algodão não tem mãozinhas mecânicas. O antropomorfismo é abandonado, e a máquina determina o tipo de planta cultivada, bem como os processos de beneficiamento da fibra têxtil. Assim, o método da colheita estipula o resto anterior e posterior do sistema: a planta precisa de raízes longas para resistir à sucção da máquina, a maturação da fibra precisa ser simultânea e homogênea, etc.

*Sistema e totalidade* são diferentes, mas essa diferença não pode ser definida por via direta. No âmbito da lógica formal, seria dissolvida a diferença; com a lógica dialética, seria superada. Em seu ensaio, Habermas trabalha externamente, tentando uma aproximação das duas formas de sociologia através da análise do conceito funcionalista de sistema e do conceito dialético de totalidade. (HABERMAS 1980: 278) A incidência hermenêutica na totalidade tem que revelar-se como um conceito adequado à coisa — a sociedade é vista por Adorno como *categoria*, o que mostra uma dívida de Adorno para com Hegel. Assim sendo, hermenêutica e heurística se opõem. Uma teoria dialética de sociedade define-se hermenêuticamente (fenômenos históricos mediados pela consciência do sujeito), enquanto as proposições empírico-analíticas concedem somente um valor heurístico à compreensão do sentido (descoberta de regularidades formalmente generalizáveis).

Adorno constrói diversas frases equivalentes e elegantes para se referir à coisificação do método enquanto sintoma e paradigma da coisificação das relações sociais. Uma ciência social que legitima e subvenciona uma administração repressiva, é *ideologia* no sentido estrito, é "aparência necessária". Contra essa coisificação que naturaliza relações sociais e molda a sociologia nos padrões da ciência natural, a teoria crítica da sociedade deve-se constituir em *Ideologiekritik*, no sentido de crítica à ideologia dominante e autocrítica, pois a teoria crítica é também suscetível de interesses historicamente relativizáveis. Uma teoria crítica é uma entidade histórica extremamente frágil, (GEUSS 1981: 63) por isso ela espelha o contexto que a produziu e deve sobre isso refletir.

A pesquisa social empírica segue o modelo das ciências naturais ao se limitar à constatação do que acontece, *daquilo que é*, e deriva desse "é" um "dever ser". A dialética, pelo contrário, entende que a *sociedade*, categorialmente diferente da *natureza*, somente se realiza nas leis de seu automovimento, a partir do que *não é*. (HABERMAS 1980: 283) Para Popper, o grande pecado do historicismo é sua ile-

gítima atitude profética, comparada por ele com as previsões da astrologia. A dialética, pelo menos na sua versão frankfurteana, não faz previsões, mas análises tendenciais. O padrão de excelência da teoria crítica, ao contrário do que a filosofia da ciência estipula para as teorias científicas, *não* é aquela *simetria* entre poder explicativo e poder preditivo. Aliás, seria interessante que "A pobreza do historicismo" (POPPER 1978: 36) (ou "A miséria..." parodiando, na tradução, a *Misère de la philosophie*, de Marx), escrita pelo ex-jovem marxista Popper, fosse reescrita a partir de uma releitura de Adorno e Habermas. Naquele, a dialética negativa que não arrisca fazer a síntese. Neste, a recusa das filosofias (objetificantes) da história, substituídas por duas disciplinas independentes, desmembradas: cronologia e teoria social.

#### 4. A APROXIMAÇÃO DE PESQUISA SOCIAL EMPÍRICA E TEORIA SOCIAL

Os três últimos parágrafos do ensaio de Adorno tratam da aproximação dos dois tipos de procedimentos, pesquisa empírica e teoria social. Não se deve legitimar a manutenção dessa "estéril separação". Analogamente, a primeira metade do texto de Habermas é descritiva, enquanto trata do conceito funcionalista de sistema e do conceito dialético de totalidade, mas a partir daí (HABERMAS 1980: 287), Habermas assume o ponto de vista da dialética, para decidir sobre a questão dos valores (interesses), na separação de *fato* e *valor*, característica dos procedimentos analíticos. Tanto a teoria analítica, quanto a dialética estão fundadas no programa *racional*, mas, curiosamente, é a dialética que se articula de forma positiva com a inteligência institucionalizada na práxis científica. Portanto, embora a dialética deva aceitar do adversário os termos da discussão e até definir para ele o que é dialética, cabe a esta replicar ao racionalismo empírico (ou racionalismo crítico, como no rótulo que Popper se deu) que ele não ultrapassa os limites de *uma* racionalidade parcial — a racionalidade técnica, instrumental.

Adorno, ao propor que não se permaneça na separação entre teoria social e investigação empírica, não se refere ao requisito *formal* de unidade, mas sim ao *conteúdo*, que exige a confrontação da *social research* com a teoria e com o conhecimento de formações sociais objetivas. A pesquisa social empírica pretende banir a *totalidade*, como um preconceito metafísico — a pergunta pela essência é convertida em tabu e, então, as conexões essenciais ficam excluídas *a priori* do conhecimento. Se essas conexões são reais ou conceituais, não interessa aqui; desde que o conceitual possa ser atribuído à realidade, não há perigo de idealismo. A conceitualidade em questão não é constitutiva do sujeito cognoscente, é a conceitualidade da coisa mesma — uma conceitualidade mediadora, como a lei da troca.

A pesquisa social empírica incorre num tipo de superstição, apesar de sua aversão congênita a qualquer misticismo, ao propor que toda investigação comece como uma "tabula rasa", dispensando-se o referencial teórico. "Só uma sociologia capaz de pôr em movimento as antíteses petrificadas de sua organização iria além de si mesma." (ADORNO 1973:96)

Foi dito no início deste escrito que Adorno faz certas "concessões" aos métodos de *research*, o que não deve ser surpresa, já que o autor se utilizou desses métodos em pesquisas sobre audiência de rádio e sobre preconceito racial — trabalhos realizados, sintomaticamente, durante seu exílio na América. Ele reconhece que tais métodos têm saudável *função corretiva*: É verdade que essa sociologia coisificada é ideologia em sentido estrito, mas há um outro caso de ideologia que os "métodos rigorosos" de *research* podem evitar ou desmascarar: interesses contidos em falsas teorias, que não resistem a um mínimo de verificação fatural controlada. Adorno cita como exemplo a tese de Max Scheler, sobre as formas de consciência típicas da classe inferior, que foi refutada mediante inquisições rigorosas.

A investigação social não pode escapar ao fato de que todos os estados de coisas que investiga, as condições subjetivas e objetivas, estão *mediados pela sociedade*. Os dados não são instâncias últimas; são também condicionados e não lhes cabe qualquer pretensão absoluta de validade ou garantia.

Os rumos enxergados por Adorno a fim de aproximar teoria social e pesquisa empírica incluem a utilização de *métodos indiretos*. Adorno foi um dos colaboradores da volumosa pesquisa sobre a personalidade autoritária, editada por Max Horkheimer em 1950, nos Estados Unidos. Foram utilizados nessa pesquisa os seguintes métodos de coleta de dados: questionários (com questões fatuais e escalas de opinião e atitudes), entrevistas (com uma seção "ideológica" e outra "clinicogenética") e testes de percepção temática (técnica projetiva com gravuras dramáticas para descrição). É necessário desmistificar as pesquisas de opinião pública. Seus resultados devem ser relativizados no confronto com dados indiretos. Citando Hegel, Adorno sugere que os resultados das pesquisas de opinião merecem ser *apreciados*, porém *menosprezados*. Apreciados como parte da realidade, e menosprezados por sua pretensão de verdade.

A conclusão do texto de Adorno recoloca a função da *filosofia* na investigação social empírica, que é a de determinar o *conceito*, fazendo-se consciente da tendência que conduz além do conceito. E Habermas conclui a discussão da neutralidade axiológica dizendo que a reflexão sobre *interesses* leva a uma análise dialética, entendendo-se como dialética a concepção da análise como parte integrante do processo social analisado, como sua *consciência crítica possível*.

## CONCLUSÃO

Apresento um comentário final ao texto de Adorno, que não pode ser qualificado como uma tese, pois certamente carece de informação e não é original. Melhor assim, pois não nos obrigaremos a demonstrá-lo: A idéia central desta conclusão é que falta à teoria crítica, enquanto teoria social totalizante, uma metodologia de pesquisa adequada e frutífera que lhe possa dar base empírica e aplicabilidade.

O ensaio de Adorno, bem como o de Habermas utilizam uma diversidade de termos para indicar os tipos de pesquisa social empírica (*research, survey*, pesquisa de mercado, pesquisa de opinião, análise de tipos, funcionalismo, sistemismo, teoria analítica, ciência positivista, etc.), tratando-os às vezes como equivalentes, às vezes como abrangentes uns dos outros. Do lado oposto, temos sempre um ou dois termos utilizados com mais cuidado: teoria (crítica) social e dialética. A desproporção de termos em cada lado da disputa reflete uma situação real: a pesquisa social empírica utiliza diversas técnicas enquanto a teoria crítica tem dificuldades em combinar as técnicas de coleta de dados com a reflexão do conceito. Como expor o conceito ao contato com as relações materiais e vitais que o constituem? Como fazer isso sem reduzir a realidade a algumas variáveis empíricas isoladas? A aproximação de teoria social e pesquisa empírica é desejável, porém ainda precária — talvez tenha havido pouco progresso desde os textos programáticos da Escola de Frankfurt, como "Teoria tradicional e teoria crítica", escrito por HORKHEIMER em 1937.

Há duas experiências de pesquisa social que a teoria crítica deveria utilizar e criticar: a pesquisa participante e a pesquisa-ação. A primeira é conhecida pelos antropólogos, especialmente no contato com culturas diferentes. (BRANDÃO 1985) A segunda tem orientação marxista e se inspira na "enquete operária" surgida para diagnóstico e mobilização em fábricas, entre operários militantes (THIOLLENT 1981). Ambas têm características próprias e, devido a suas origens, tendem a privilegiar certos temas e objetivos. A pesquisa participante é geralmente utilizada para a descrição de aspectos pitorescos da "cultura popular" ou de minorias culturais. A pesquisa-ação orienta programas de conscientização política e não se restringe a agentes com formação acadêmica — é freqüentemente, mais ação que pesquisa. As duas abordagens não são estranhas à teoria crítica, pelo menos a certos autores; a pesquisa participante busca justificações na hermenêutica para a interpretação da tradição, principalmente de culturas alheias à do pesquisador, e a pesquisa-ação tem ligações históricas com as lutas operárias que ambientaram as formulações da teoria social marxista, exemplo histórico (ou, pelo menos, modelo epistemológico) de teoria crítica.

A dificuldade de aproximar teoria social e pesquisa social empírica pode ser ilustrada pelo estereótipo da produção acadêmica recente, notadamente nas ciências sociais e nas "ciências da educação". Em grande parte das teses ou artigos dessas áreas, há pelo menos três partes distintas, quando não desligadas: referencial teórico (categorias da dialética, doutrinas do materialismo histórico, divergências de interpretação da ortodoxia, etc.), apresentação dos dados (tabelas, amostragem, etc.) e uma conclusão (como os dados são explicados pelo referencial teórico, a denúncia de uma realidade ocultada, etc.). Há variações no estilo, que dependerão do peso dado a uma ou outra parte da argumentação. O capítulo "teórico" pode ser prolongado em discursos mais ou menos óbvios sobre as implicações ideológicas das instituições capitalistas. Se o pesquisador conheceu a crítica ao positivismo (de Comte, quase sempre) terá escrúpulos em realizar "pesquisas numéricas" ou se limitará a dados censitários, descritivos. Enfim, a grande dificuldade, que é, afinal, o desafio de toda a atividade racional e cognitiva: como pode uma teoria (proposições teóricas) explicar certos dados (enunciados fatuais)? O dilema não

é tão grande assim, se levarmos em conta a boa margem de retórica que cada tese se reserva, mas mesmo aí volta a questão, travestida: como *convencer* o interlocutor de que Althusser *tem razão* a respeito dos aparelhos ideológicos de Estado, apontando-se gráficos sobre evasão escolar no noroeste paulista?

Embora passíveis de réplica, estes comentários repõem a questão da sobrevivência da teoria crítica. A discussão da teoria crítica não pode simplesmente recuar às palavras de ordem, nem pode ela deixar-se absorver pela filosofia, de onde saiu. Os interessados na discussão da teoria têm que estar atentos às sutilezas dos sucessores dos "velhos positivistas" e precisam cuidar da "performance" da teoria crítica ou... limitar-se à crítica sem teoria ou à crítica teórica, longe da prática. Adorno termina seu ensaio lembrando a função da filosofia, que é a de determinar os conceitos. Sem uma adequação aos métodos de pesquisa, a teoria crítica pode diluir-se em filosofia, e talvez venha a cumprir o papel que Popper lhe prescreveu: "o estudo dos métodos críticos da ciência". (POPPER s/d: 365)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. et alii. La disputa del positivismo en la sociología alemana. Barcelona, Grijalbo, 1973. (Edição original: *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*, Neuwied und Berlin, Luchterhand, 1969).
- ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, 1980. pp. 165-91. (Os Pensadores).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (org.) Pesquisa participante. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BUNGE, Mario. Epistemologia: curso de atualização. Trad. Cláudio Navarro. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- GEUSS, Raymond. The idea of a critical theory. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- HABERMAS, J. Teoria analítica da ciência e dialética. Trad. Maurício Tragtenberg. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 278-99 - (Os Pensadores). (Traduzido do original *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. 3 ed. Darmstadt und Neuwied, H. Luchterhand, 1974).
- HACKING, Ian. Representing and intervening. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- POPPER, Karl R. Conjecturas e refutações. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, s/d.
- POPPER, Karl R. Lógica das ciências sociais. Trad. Estevão de Rezende Martins e outros. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 2. ed. São Paulo, Polis, 1981.